

Elementos para uma biblioteca pós-imperial

Partindo da hipótese de que a maioria dos leitores desta pequena nota se encontram em Portugal — ou talvez no Brasil —, gostaríamos de chamar a atenção para alguns livros «PALOPianos» que, infelizmente para eles, terão poucas hipóteses de encontrar todos nas bibliotecas públicas portuguesas e, *a fortiori*, brasileiras.

A este respeito permitimo-nos lamentar pela enésima vez a falta de interesse dos centros de documentação lusófonos pela bibliografia recente consagrada aos países africanos de língua portuguesa, oficial ou não. É um empobrecimento dramático para o futuro da pesquisa local, enquanto, com um ou dois bibliotecários motivados e bem formados, mais um orçamento de aquisição anual e renovável de 6000 contos em 1995, por exemplo, qualquer centro português minimamente ambicioso poderia adquirir os livros, as teses e as revistas essenciais não lusófonos referentes aos PALOP, Macau, Timor e mesmo Goa e seus anexos. Antes eram as condições políticas que impediam a constituição de uma tal base documental. Hoje não encontramos explicações que justifiquem uma tal carência. Mas, tal como as coisas se apresentam, já existem, provavelmente, mais de um milhar de livros publicados fora de Portugal a respeito dos PALOP, numa vintena de línguas, nem todas esotéricas, que deviam estar (e não estão) disponíveis para consulta em Lisboa — e noutros locais. E isto somente no período que medeia entre 1974 e 1995. Para não irmos mais longe, afigura-se-nos estranho que para elaborarem uma tese sobre os PALOP um historiador, um politólogo, um economista ou um sociólogo lusófonos se vejam obrigados a expatriar-se para os Estados Unidos (onde não existem mais de sete ou oito bibliotecas sobre os PALOP contemporâneos que mereçam a deslocação), o Reino Unido (uma ou duas bibliotecas no mesmo caso), a Alemanha (em grande progresso) e mesmo a França (sem nenhuma biblioteca de interesse «PALOPiano» digna desse nome) ou a Bélgica. E no próprio local, em África? Tanto quanto sabemos, somente Maputo manteve durante anos uma política de aquisições sistemáticas, graças ao arquivo histórico local, mas não sabemos se esta cobertura engloba todos os domínios respeitantes a Moçambique e resta saber

se este esforço, louvável e notável, se estenderá, depois do Maputo, aos quatro outros PALOP.

Acessoriamente, enquanto esperamos que se faça luz no espírito de quem decide, gostaríamos igualmente de sensibilizar os leitores — na falta de podermos chegar aos bibliotecários dotados de meios — para a necessidade de não se entrenchear em atrás de fronteiras científicas ou geográficas rígidas. Ignorar as centenas de livros recentes (com menos de vinte anos) consagrados à África austral anglófona quando se organiza uma colecção «PALOPiana» é ignorar todo o contexto internacional, que faz com que Angola e Moçambique, por exemplo, não possam ser documentados sem um conhecimento profundo da bibliografia que se debruça sobre a África do Sul, o Zimbabwe e a Namíbia. Por outras palavras, não basta ter confiança. Antes de tudo, é necessária ambição e mais ambição. Até hoje só algumas bibliotecas dos Estados Unidos o compreenderam. E é por isso que são insubstituíveis, com as suas bombas aspirantes, que *todos os anos* reúnem mais de 6500 brochuras e livros novos sobre África. Naturalmente, não pedimos tanto para os PALOP. Mas a leitura das poucas linhas seguintes permitirá, talvez, compreender melhor que a curiosidade e a insaciabilidade são duas virtudes em matéria de documentação e a abertura de espírito, evidentemente, sua condição *sine qua non*.

*Die Republik Südafrika im Spannungsfeld Interner, Regionaler und Globaler Konflikte*¹, de Heinz Brill, tem um subtítulo que deverá soar como uma campanha de alarme para o estudioso atento de Angola ou de Moçambique. Na realidade, os «aspectos geopolíticos e geoestratégicos de uma região crítica» interessam inevitavelmente aos dois grandes PALOP. As pesquisas para a redacção deste trabalho foram terminadas em 1989, quer dizer, ainda numa época em que os argumentos dos partidários do *apartheid*, da UNITA e da RENAMO são cuidadosamente tidos em conta. E o mesmo é verdade para os da URSS e de Cuba. Aliás, o autor parece ser mais sensível aos primeiros do que aos segundos e mais interessado na Namíbia do que em Angola. O livro contém quase tantos documentos como análises. A bibliografia é muito copiosa, sobretudo em artigos de jornais alemães. Definitivamente, muito pouca coisa sobre a guerra em Angola, mas numerosas referências a aspectos geralmente negligenciados pelos autores anglo-americanos.

Saltemos imediatamente para os antípodas políticos deste livro com *Challenge to Imperialism. The Frontline States in the Liberation of Zimbabwe*², de Carol B. Thompson. O autor analisa o apoio dado por Angola

¹ Nomos Verlagsgesellschaft, Baden-Baden, 1991, 364 páginas (preço: 78 DM; brochado).

² Zimbabwe Publishing House, Harare, 1985, 322 páginas (preço: 16 \$ do Zimbabwe à data da publicação; brochado).

e Moçambique aos nacionalistas em luta contra a Rodésia. Desde os «modos de produção» aos «pequeno-burgueses», todo o arsenal da dialéctica e do vocabulário usado nos meios universitários dos expatriados dos *frontline states* nos anos 70 e começo dos 80 é aqui pertinazmente utilizado. É a denúncia habitual da exploração colonialista, mas o autor conhece bastante mal a história portuguesa e ainda pior o português. É de uma rigidez e de uma militância a toda a prova e para o público ao qual se destina os matizes são, evidentemente, bons. Cerca de cinquenta páginas sobre Angola e Moçambique, sem quaisquer surpresas. A bibliografia que lhes diz respeito talvez exista, mas dirige-se a um leitor que, provavelmente, não poderá ir mais além, por falta de bibliotecas sobre os PALOP abertas no seu país.

Ainda numa perspectiva periférica, que pode ser interessante e mesmo fundamental quando o trabalho é bem feito, assinalemos, num nível superior ao dos dois primeiros títulos, *Swaziland's International Relations and Foreign Policy: a Study of a Small African State in International Relations*³, de Paul-Henri Bischoff. O autor parece ser um sul-africano e o seu livro é uma tese. Há mais de dez anos, no nosso *Naissance de Mozambique*⁴, recomendávamos que se estudasse um tema praticamente virgem: as relações entre o Sul de Moçambique e o seu pequeno vizinho montanhoso a oeste, a Suazilândia, que no século XIX não conseguiu apoderar-se da actual Maputo (na altura, Lourenço Marques) em condições bastante obscuras. Dizer que Bischoff nos esclarece sobre este ponto seria faltar à verdade, porque ele ignora praticamente tudo o que diz respeito à história moderadamente conflituosa dos laços entre os dois países. É um estudo de política externa e de relações internacionais, mas ficamos surpreendidos com o papel verdadeiramente menor desempenhado pelo reino situado a leste da sua fronteira, e vice-versa. Certamente não existiam muitas simpatias entre este Estado encravado e as autoridades portuguesas, que detinham uma parte das suas ligações exteriores (caminhos de ferro e porto de mar), mas também não observamos muitas entre a FRELIMO e a monarquia actual. É mesmo curioso saber que a Coreia do Sul, Taiwan e Israel ocupam mais espaço neste estudo do que Moçambique, apenas creditado com umas poucas páginas. Vizinhança? Que vizinhança?

Passemos a Angola vista por um romancista — sobretudo nunca se deve negligenciar a ficção numa biblioteca com pretensões científicas! — sul-africano, provavelmente branco ou talvez mestiço, militante do Congresso Nacional Africano, que, por razões não indicadas na capa da brochura, se

³ Peter Lang, Berna, 1990, vi + 548 páginas (preço: 377 FF; brochado).

⁴ Éditions Pélessier, 78 630 Orgeval (França), 1984, 2 vols., 884 páginas (preço: 520 F; os dois volumes brochados).

encontrava no exílio à data da publicação. *Artistic Graves*⁵, de Hein Grosskopf, conta a história de um terrorista sul-africano branco contratado pelo ANC pelas suas qualidades de arrombador e assassino de polícias. Interessa-nos aqui o período de estágio como sabotador efectuado em Angola. Apenas 10 páginas. Vemos o herói escoltando um comboio do MPLA entre Luanda e Quibaxe, apanhado numa emboscada (provavelmente da UNITA). É uma visão rara da guerra civil angolana por um branco que luta contra o regime do *apartheid*.

E, mudando novamente de facção política, examinemos agora a guerra de Angola vista por anticastistas cubanos, americanos, russos, etc. A enorme recolha dirigida por Irving Louis Horowitz, *Cuban Communism 1959-1995*⁶, encontra-se na sua 8.ª edição. Inclui um texto de Jay Mallin Sr. sobre os militares cubanos em Angola. Não se trata do trabalho pormenorizado que esperávamos e, além do mais, contém erros de datas e incoerências (na p. 553 tomamos conhecimento de que o comandante Raul Arguello teria encontrado Neto em Agosto de 1976, ao passo que, segundo as pp. 554-555, este comandante teria sido morto em Novembro-Dezembro de 1975). No entanto, apesar de mal organizado, contém factos, embora compreendamos mal como se articulava a participação cubana nos combates e nos admiremos de que um capítulo tão importante na história de um país como Cuba não beneficie de um tratamento mais estruturado nessa «bíblia dos estudos cubanos». Um índice faz uma falta terrível num livro tão complexo. Mas é uma fraqueza demasiado frequente nestes «sacos sem fundo» (neste caso, 45 bocados escolhidos), nos quais se privilegia a massa em detrimento da densidade. Ainda é possível uma 9.ª edição e uma revisão atenta seria bem-vinda num livro apesar de tudo importante e que soube encontrar o seu público.

Ainda no género «os PALOP vistos do exterior», não podemos omitir uma outra compilação de intervenções num simpósio — uma das maneiras mais rápidas de fazer um livro e muitas vezes de desencorajar o leitor sério e desanimar os autores que preferem trabalhar com mais profundidade. *Africa and Europe: Relations of Two Continents in Transition*⁷, sob a direcção de Stefan Brüne, Joachim Betz e Winrich Kühne, abarca um território imenso: a África e a Europa após o termo da guerra fria. É uma grande «confusão de colóquios», mas encontramos aí um artigo bastante honesto sobre as relações bilaterais luso-africanas num contexto evolutivo, da autoria de Fernando Jorge Cardoso, que faz um balanço equilibrado da situação das

⁵ Ravan Press, Joanesburgo, 1993, 129 páginas, distribuído na Europa por Edward Arnold, Londres (preço: 5 libras; brochado).

⁶ Transaction Publishers, New Brunswick, N. J. (EUA), 1995, xix + 873 páginas, distribuído na Europa por Plymbridge, Estover, Plymouth (UK) (preço: 25 libras; brochado).

⁷ LIT Verlag, Münster (Alemanha), 1994, ix + 258 páginas (preço: 38,80 DM; brochado).

trocas comerciais (4,7% do total das exportações portuguesas em 1991, das quais 3,9% para os PALOP; 4,5% do total das importações portuguesas, das quais 0,5% provenientes dos PALOP) e da cooperação. É o que podemos classificar de marginal para uma antiga metrópole imperial.

Na confluência da visão externa com a acuidade dos problemas internos, abordemos um outro produto desses colóquios, jornadas de estudo e outras conferências onde se fala muito e se agita ainda mais para, finalmente, se esclarecer muito pouco em concreto. *Why Angola Matters*⁸, sob a direcção de Keith Hart e Joanna Lewis, dá conta *verbatim* das intervenções de uma centena de «especialistas» — não de todos, nem mesmo dos britânicos — e de angolanos, estudantes ou não, reunidos em Cambridge em 21 e 22 de Março de 1994, sob a égide do Centro de Estudos Africanos local. O mínimo que podemos dizer é que não nos aborrecemos com a leitura desses textos recolhidos ao vivo e pouco trabalhados. Aplauda-se, faz-se algazarra, grita-se, insulta-se — pouco, é verdade —, ri-se e até se chora. É um grande psicodrama, tão ao gosto de alguns estudantes universitários para lutarem contra a morosidade das suas actividades. E aqui debate-se tudo e não importa quem saiba exprimir-se. Em suma, o sonho dos Africanos. Tudo supostamente pelo regresso da paz em Angola. As ONG, a imprensa, os políticos, os diplomatas, as igrejas, os activistas de todos os quadrantes, têm o seu *field day* e cada um critica livremente. Mesmo que não tivesse servido para nada, é uma bela lição de liberdade que Cambridge nos dá. Mas será transponível para Luanda, para Cuito, para a Jamba? Palavras, senhor?

Um texto bastante mais modesto nas suas intenções, parece-nos também muito mais útil para a pesquisa histórica angolana. *Ethos missionnaire et esprit du capitalisme. La mission philafricaine en Angola 1897-1907*⁹, de Didier Péclard, dirige-se, evidentemente, aos especialistas em missiologia, mas o trabalho, baseado principalmente nos arquivos desta missão suíça criada por Héli Chatelain de ilustre memória, tem ligações com o conhecimento da actual Angola central, visto que a missão esteve implicada em acontecimentos recentes. Quer o queiram, quer não, os missionários são, em situação normal, centros de poder — ou muitas vezes de contrapoder —, especialmente no mato. Por maioria de razão, em tempo de guerra, altura em que tentam manter uma aparência de normalidade e de serviços comunitários. Não era esse o objectivo dos pioneiros? O autor destas memórias demonstra-o, sem ocultar as práticas utilizadas para o conseguir. Encontramo-nos aqui no coração de Angola.

⁸ James Currey Publishers, Londres, 1995, 192 páginas a duas colunas, fotografias (preço: 12 libras; brochado).

⁹ Caderno n.º 1 de *Le fait missionnaire*, Klauspeter Blaser, BFSH II, Université de Lausanne, 1015 Lausanne, 1995, 97 páginas (preço: 15 FS; brochado).

Mas voltemo-nos agora para os habitantes dos PALOP que, não podendo continuar a viver no centro, tiveram de optar pela periferia. *Internally Displaced, Refugees and Returnees from and in Mozambique*¹⁰, de K. B. Wilson, é um desses inumeráveis relatórios sobre os refugiados africanos, subcategoria de uma literatura de guerra na qual Angola e Moçambique estão tão bem representados que existe não apenas uma dezena de autores que se dedicam exclusivamente a estudar (no local ou nos gabinetes) os conflitos «PALOPianos» posteriores à independência, mas também numerosos especialistas consagrados, exclusivamente ou quase, aos problemas dos refugiados oriundos desses países. Especialização dramática, quando sabemos que os refugiados angolanos dos anos 60 apenas interessavam aos missionários, à PIDE e à Cruz Vermelha. Actualmente, elaboram-se teses sobre esses infelizes e até mesmo relatórios sobre o progresso dos estudos internacionais em matéria de refugiados. Abundam as polémicas sobre esses temas «quentes», substituindo os debates homéricos sobre os «modos de produção» e a «transição para o socialismo». A bibliografia incluída nesta brochura é intimidante pela sua extensão. É necessário que todos vivam e construam um pequeno lugar científico, numa corrida desenfreada ao emprego remunerado. O que inventarão mais para obter diplomas, debitados nas cadeias de montagem universitárias que substituíram as fábricas Ford em matéria de produção? O «comércio da caridade» em socorro das nações proletárias? Triste privilégio da África subsariana, o de viver de mão estendida, quando não está brandindo com a outra uma *Kalashnikov*.

Mais clássico no domínio da antropologia social, *Arbeid en Alcohol*¹¹, de Roy Van Der Drift, estuda, de acordo com o subtítulo, a dinâmica entre a orizicultura e a autoridade dos anciãos entre os *Balanta Brassa* da Guiné-Bissau. É uma tese que ignora alegremente os melhores trabalhos de António Carreira sobre a história da Guiné e mesmo o nosso muito mais acessível *Naissance de la Guiné*¹², tanto em francês como na versão portuguesa! Note-se ainda que o livro é «desconhecido», ou havido como tal, em Bissau. Afinal, é necessário não nos admirarmos de nada nos PALOP. Mas desconhecido nas bibliotecas de Leyde? Impossível. Por outro lado, se é bastante insensível à história dos Balanta na época pré-colonial (e sobretudo à sua resistência), não ignora muito acerca da sua economia depois da independência e das controvérsias que cercam a queda da produção de arroz. Há teorias que parecem de bom senso e que são mesmo extremamente subtis,

¹⁰ Nordiska Afrikainstitutet, box 1703, S-751 47 Uppsala (Suécia), 1994, 61 páginas (preço não indicado; brochado).

¹¹ Research School, CNWS, Leiden University, box 9515, Leiden (Holanda), 1992, 368 páginas (preço: 45 florins; brochado).

¹² Éditions Pelissier, 78 630 Orgeval (França), 1989, 488 páginas (preço: 360 F; brochado).

fazendo a ligação entre as transformações económicas (produção de álcool) e as mudanças nos rituais religiosos, nos poderes dos velhos na sociedade e, principalmente, nos jovens que emigram. Ao fazê-lo, analisa o papel dos «ponteiros» (plantadores comerciantes já inseridos na sociedade colonial moderna), tanto no domínio do seu apoio ao PAIGC como na formação das novas elites que exploram o aparelho do Estado. Portanto, há muito mais neste livro — baseado em projectos holandeses de assistência agrícola — do que o título nos leva a crer. Note-se, de passagem, que se trata, pelo menos, do quarto ou quinto livro publicado por universitários holandeses sobre a Guiné-Bissau nos últimos dez anos. Prova de que a cooperação com esse país, pelo menos, serve para alguma coisa, enquanto outros Estados, que investem somas muito mais importantes na Guiné-Bissau, nada retiram dele no plano estritamente científico. Não citaremos nomes. Mas, quando sabemos da inexistência de quaisquer laços históricos entre a Haia e Bissau e da importância secular das relações desta cidade com outros países europeus, não podemos deixar de nos interrogar. A rentabilização da ajuda ao Terceiro Mundo também é isto.

Regressemos a Moçambique e à sua periferia. Em primeiro lugar, com um livro susceptível de fazer correr muita tinta e gerar polémica, mas que julgamos muito importante para penetrar no coração da colonização portuguesa, não vista sob o prisma da sua mitologia, mas apreendida pelos trabalhadores africanos confrontados com a sua realidade. *African Workers and Colonial Racism, Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*¹³, de Jeanne Marie Penvenne, americana, apesar do seu nome bretão, é um livro arrasador para aqueles que continuam a acreditar no carácter não racista da colonização. Seriam necessárias dez páginas para analisar este livro. Resumindo por alto, a tese da autora é a de que a colonização portuguesa visava explorar ao máximo a força de trabalho do africano, que via nela uma sanguessuga, uma ladra de salários e uma feroz máquina de destruição da sua sociedade. Desde logo, as relações de força entre as raças tinham prevalência sobre as considerações de classe. Baseado numa minuciosa pesquisa dos arquivos conservados em Maputo e em entrevistas a antigos operários, estivadores, criados, empregados menores, é um livro implacável que segue passo a passo a evolução do mercado de trabalho, mas sobretudo das relações patrões-administração-assalariados. É o primeiro estudo global sério de sociologia do trabalho num contexto urbano em Moçambique. Estamos muito longe do POLANA e é uma das mais impiedosas condenações do indigenato que existem. A bibliografia é nota-

¹³ James Currey Publishers, Londres, 1995, xvii + 229 páginas, fotos (preço: 15 libras; brochado).

velmente rica, e, se os leitores não concordarem com Penvenne, poderão sempre tentar pegar nas suas fontes, uma por uma, para nos mostrarem onde ela se enganou. Não há historiadores inocentes e muito menos sociólogos. Mas admiremos a riqueza das informações, mesmo quando elas servem para mover os «moinhos» da moda: feminismo, sindicalismo, etc. Há neste texto personagens que são arquétipos do ultracolonialismo nas suas variedades mais diabólicas e mais patéticas. Aquilo que Penvenne nos explica esclarece algumas das reacções à independência. Encontramo-nos exactamente nos antípodas da *convivência*. É um texto igualmente útil para conhecer os meios *assimilados* e protonacionalistas.

Dentro do mesmo género destruidor de mitos, um capítulo da obra de Elizabeth A. Eldredge e Fred Morton: *Slavery in South Africa. Captive Labor on the Dutch Frontier*¹⁴ diz respeito a Delagoa Bay (Lourenço Marques) e ao seu papel como centro de exportação de escravos no início do século XIX. A sua autora, Eldredge, não perde tempo com os clichés da historiografia nacionalista portuguesa. O seu pesadelo é um historiador que pretende explicar que o *MFECANE* é em grande parte devido ao tráfico negreiro «intenso» no Sul de Moçambique. Ela demonstra que, pelo contrário, as exportações de escravos foram menores entre 1824 e 1825 e que não houve 80 000 cativos mortos ou exportados para o interior de Lourenço Marques entre 1800 e 1825. No entanto, ela não está lá para defender o papel dos governadores desse posto avançado português, mas para esvaziar uma querela historiográfica entre peritos da Zululândia. É bem argumentado e pormenorizado, mas ignora algumas obras e fontes úteis ao conhecimento do Moçambique meridional. Quanto ao resto do volume, os autores não têm qualquer dificuldade em nos demonstrarem que a sociedade boer da época era igualmente baseada na escravatura e mesmo na caça ao escravo, especialmente em Zoutpansberg, próximo de Moçambique, onde reinava Albasini, outro dos heróis da história colonial portuguesa (cf. Ferreira Martins, *João Albasini e a Colónia de S. Luís*, Lisboa, 1957). Entretanto, podemos acrescentar que, ao contrário dos outros «brancos», os boers exportavam muito poucos dos seus escravos. Era um regime «auto-suficiente» e em circuito fechado ou quase.

Num outro registo assinalamos igualmente um livro de candente actualidade. Edward C. Green: *AIDS and STDs in Africa*¹⁵ é um texto que defende uma colaboração mais estreita entre os curandeiros tradicionais e a medicina moderna para combater a SIDA e as doenças sexualmente transmissíveis. Um longo capítulo é consagrado a Moçambique. É simultaneamente um

¹⁴ University of Natal Press (Pietermaritzburg) e Westview Press (Boulder, Colorado), 1994, xx + 313 páginas, fotografias, cartas (brochado; preço não indicado).

¹⁵ Mesmos editores, 1994, xi + 276 páginas (brochado; preço não indicado).

relatório sobre a extensão da epidemia, os meios — irrisórios — para a combater, as relações quase sempre boas com os fisioterapeutas e outros «feiticeiros» locais e os programas de profilaxia a realizar. Neste sector especializado, mas não obstante infinitamente mais crucial para o futuro do que as interpretações dos historiadores ou dos politólogos, aprendemos muito sobre a vida quotidiana dos Moçambicanos, saltando de catástrofe em catástrofe. É mesmo uma constatação ligeiramente optimista em alguns dos seus desenvolvimentos.

Não poderemos dizer o mesmo do último texto registado nesta minicrónica bibliográfica e que não é «PALOPiano», mas releva amplamente do ex-império. Respeitamos muito o direito internacional e ainda mais os juristas que o praticam, mas confessemos que a leitura dos seus trabalhos exige uma preparação e conhecimentos que o comum dos leitores não possui. Mesmo quando nos encontramos no domínio da política, da diplomacia e da má fé de certas potências. Com a grande cobertura que constitui *International Law and the Question of East Timor*¹⁶, pensamos que quase todos os juristas que tenham algo a dizer sobre o *Anschluss* indonésio se exprimiram (salvo os partidários de Jacarta). Ficamos intimidados ao compreendermos que tantas sumidades se interessam por uma ilha, da qual a Europa apenas sabia que «existia» há 250 anos. E ainda mais nos surpreende que esses juristas venham da Finlândia, da Nova Zelândia, da Bélgica, etc., quando ela era a possessão mais ignorada — e mais desprezada — de Portugal e da Holanda. O que menos nos espanta é a superficialidade ou as lacunas dos desenvolvimentos históricos nesta recolha de contribuições jurídicas, demonstrando que a Indonésia não tem razão. Seria necessário que nos dissessem que Timor oriental é uma criação puramente artificial da história colonial, como existem dezenas de outras no mundo. Quem conhece a história tormentosa dessa metade de ilha continua sem saber, até ao fim do livro, por que razão ela se quis diferente da parte sudoeste. Pensamos que é a herança cultural e religiosa recente que a distingue, mas somos incapazes de o demonstrar irrefutavelmente. Salientamos diversas comparações com o caso do Sara ocidental e mesmo do Koweit. Seja como for, juntar dezassete autores que, de uma forma ou outra, demolem por completo as teses indonésias deveria levar-nos a reflectir sobre as autoridades de Jacarta, que nem sequer parecem ter tido a reacção das autoridades salazaristas que procuravam defender o império, tentando encontrar universitários estrangeiros favoráveis aos seus dogmas. Quem defende a Indonésia nestes debates? Mas haverá alguma coisa a defender, além dos interesses materiais? Será essa a finalidade de todos os impérios?

¹⁶ CIIR, 190a New North Rd. Islington, London NI7BJ, 1995, 352 páginas (preço: 16 libras; brochado).